

Cardeal diz que Deus punirá os 'aborteiros'

RIO
AGÊNCIA ESTADO

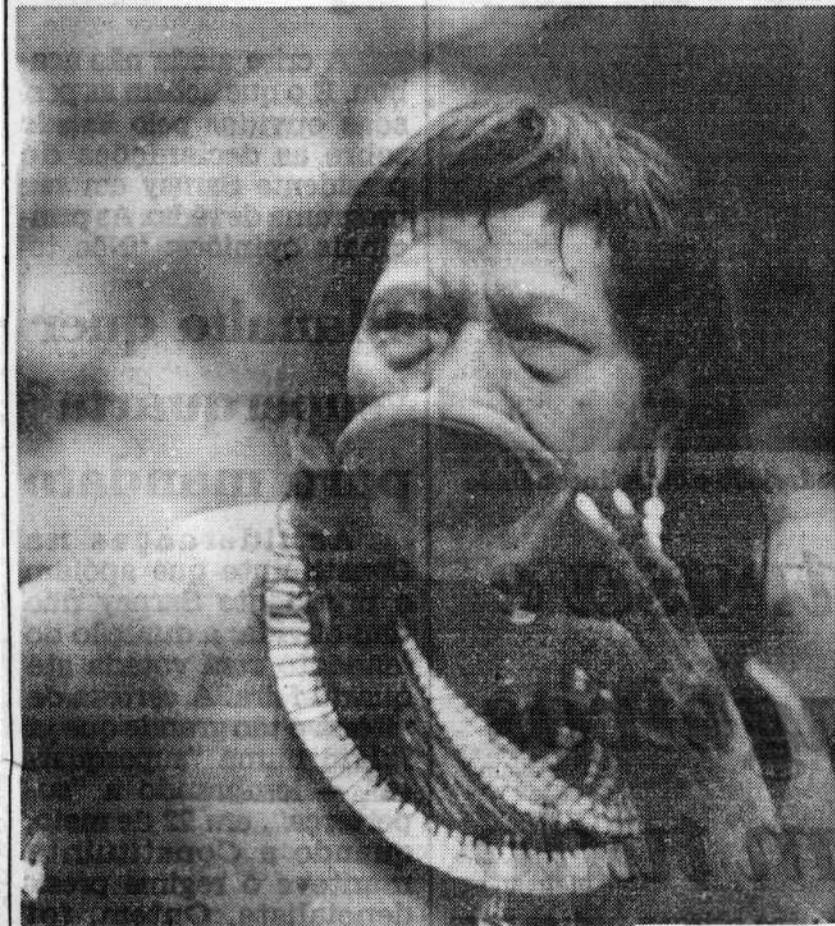
Os parlamentares que, durante o processo de votação do capítulo da família, se manifestaram contra o integral direito à vida, impedindo a inclusão da expressão "desde a sua concepção" no texto da nova Carta, "darão conta a Deus do sangue dessas inocentes vítimas dos aborteiros", afirmou ontem o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro d. Eugênio Salles. O cardeal também classificou de "desserviço à Igreja e ao Brasil" o aumento das vantagens concedidas ao divórcio no País.

"Os parlamentares católicos que votaram a favor do divórcio e do aborto revelaram falta de coerência entre a fé e a vida", disse ele, retomando o tema de sua mensagem radiofônica **Voz do Pastor**, também de ontem. Em seu pronunciamento semanal d. Eugênio apontou a discrepância entre "episódios escabrosos de toda espécie", relatados por jornais, rádios e televisão, e a moral cristã, salientando que, "no Brasil, a quase totalidade dos que cometem esses desvios receberam o batismo. São pessoas incorporadas ao rebanho de Cristo, que assim agem contra as lições do Mestre".

Citando longos trechos da Carta a Diogneto, de autor desconhecido, "que descreve o modo de agir dos seguidores de Jesus, na sociedade e no lar", d. Eugênio Salles lembrou que o Concílio Ecumênico Vaticano II recomenda o retorno a essas fontes "como meio de revigorar a difusão do Cristianismo no mundo contemporâneo, e passou a se referir ao que ocorre na atualidade no Brasil. "Foram os senadores e deputados batizados que criaram dificuldades na Constituição brasileira em elaboração à indissolubilidade do matrimônio e à proteção da vida do nascituro, desde a sua concepção, o que cerraria definitivamente as portas ao crime do aborto."

Enumerando outros exemplos de falta de coerência "entre a crença religiosa e o procedimento", como a diferença "entre alguns que recebem ricos salários e a grande maioria que sofre na pobreza ou na miséria", d. Eugênio perguntou: "E que dizer da violência, dos crimes, da corrupção na vida pública?" Segundo ele, só quando houver coerência entre as atitudes e a fé professada é que haverá uma pátria "próspera e tranqüila".

A íntegra da mensagem de d. Vicente no programa "Voz do Pastor" está na página 35



Raoni acompanha debate sobre a questão indígena

Alencar Monteiro

O capítulo dos índios só consegue acordo parcial

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Ainda não há acordo sobre o capítulo que trata da questão indígena, que deverá entrar em votação na terça-feira, se houver quórum. Na reunião realizada ontem, os líderes partidários acertaram dois pontos polêmicos do capítulo: o direito dos índios sobre as terras racionalmente ocupadas e a determinação de que as lavras das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com a autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades interessadas.

A reunião das lideranças ocorreu após o encerramento da sessão da Constituinte. Foram mais de três horas de discussão para se acertar um único artigo. Tanto o texto do Centrão quanto o da Sistematização diziam que eram reconhecidos aos índios seus direitos originários sobre as terras de posse imemorial, onde se acham permanentemente localizados. O novo texto, acatando sugestão do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), diz que são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Em seguida, foi acertado que viria um parágrafo único estabelecendo que "o aproveitamento dos recursos hídricos, inclusive dos potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei".

O novo texto atendeu aos dois lados, conforme anunciou o deputado Octávio Elísio (sem partido-MG),

porque garante efetivamente o direito dos índios. Os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e José Lins (PFL-CE) também gostaram do texto, considerando que foi o melhor para os indígenas. Bonifácio e Lins fizeram questão de cumprimentar cada cacique que se encontrava a postos no auditório ao lado da sala de negociações, explicando que o Centrão não é contrário às suas causas e que reconhece o direito deles sobre a terras tradicionalmente ocupadas e a necessidade de sua demarcação.

"Não foram discussões emocionais como vinham acontecendo até então", disse o deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ). Ele lembrou que outro ponto polêmico trata da aculturação do índio. Tanto o texto do Centrão quanto o da Sistematização falam que os direitos especiais concedidos aos índios só se aplicam aos que efetivamente habitam terras indígenas e não possuam elevado grau de aculturação. A proposta não agradou os índios e, segundo o deputado Tadeu Franca (PMDB-PR), essa questão poderá ser facilmente superada na terça-feira. Nas discussões prévias já realizadas houve consenso de que se excluía a situação dos índios aculturados do texto constitucional. De acordo com Tadeu Franca, estabelecer que os índios que falam a língua portuguesa e que adquiriram alguma vivência com a sociedade devem ser considerados cidadãos comuns "é um absurdo e seria um genocídio cultural".

Os cerca de cem índios de mais de 30 nações diferentes permanecerão em Brasília até terça-feira, quando o capítulo deverá ser votado. As mulheres indígenas, também presentes, pedem que sejam respeitadas pelos brancos, para que diminuam os casos de índias violentadas em tribos do País inteiro.

Sexta-feira esvazia plenário

Com apenas 200 parlamentares em plenário, a sessão de ontem da Assembléia Nacional Constituinte durou pouco mais de uma hora, sem quórum para votações. A sessão foi aberta às 9 horas, com nove constituintes presentes. Aos poucos, o número cresceu, mas não passou de 200 — 80 a menos do mínimo exigido para as deliberações.

O presidente Ulysses Guimarães convocou outra sessão para terça-feira, às 14h30, quando espera seja completada a votação do título VIII, para, no dia seguinte, ser provavelmente submetida à deliberação do plenário a polêmica questão da duração do mandato do presidente José Sarney.